

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ

1ª Edição



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
Tribunal de Justiça

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DO PARANÁ
PALÁCIO DA JUSTIÇA



SUMÁRIO

IDENTIDADE INSTITUCIONAL.....	5
1. INTRODUÇÃO	9
2. O PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ.....	14
3. O PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ.....	17
3.1. REFERENCIAL ESTRATÉGICO	19
3.2. METODOLOGIA.....	23
3.3. PERÍODO DE VALIDADE E ABRANGÊNCIA	27
3.4. MONITORAMENTO DO PLS-TJPR.....	28
3.5. CRONOGRAMA.....	29
4. PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS DESENVOLVIDAS NO PODER JUDICIÁRIO DO PARANÁ	30
5. INDICADORES	39



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
Tribunal de Justiça

GESTÃO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ – 2015/2016

CÚPULA DIRETIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ

PRESIDENTE

Desembargador Paulo Roberto Vasconcelos

1º VICE-PRESIDENTE

Desembargador Renato Braga Bettega

2º VICE-PRESIDENTE

Desembargador Fernando Wolff Bodziak

CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

Desembargador Eugênio Achille Grandinetti

CORREGEDOR DA JUSTIÇA

Desembargador Robson Marques Cury



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
Tribunal de Justiça

PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

GESTORES ADMINISTRATIVOS

DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

José Alvacir Guimarães

COMISSÃO PERMANENTE DE GESTÃO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL NO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

Alexandre Arns Steiner

Cibelle Zaia Machado

Priscilla Kiyomi Endo

Suzane Lustosa dos Santos

Vinícius Rodrigues Lopes

Vitório Garcia Marini



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
Tribunal de Justiça



Gestão Ambiental **SUSTENTÁVEL**

Sustentabilidade: Justiça com a Vida!



IDENTIDADE INSTITUCIONAL

MISSÃO, VISÃO E VALORES DO PODER JUDICIÁRIO DO PARANÁ

A identidade institucional é a expressão que confere personalidade e traduz o que se considera ideal para a instituição, representada nos conceitos de missão, visão e valores, onde missão define a razão da existência; visão, a situação desejável para o futuro; e os valores constituem a base de tudo, o que se acredita como certo e adequado.

Esse trinômio responde às questões: O que a organização faz, deseja ser e em que acredita e valoriza?





MISSÃO

A definição da Missão institucional destina-se a conferir um senso de propósito ao Poder Judiciário. Sintetizada numa única frase, refere-se à razão da existência da instituição e procura esclarecer o compromisso e o dever dela para com a sociedade, partindo da resposta às perguntas: por que a instituição existe? O que ela faz e para quem?

A Missão do Poder Judiciário do Estado do Paraná está assim definida:

“Garantir à sociedade a prestação jurisdicional acessível, de qualidade, efetiva e célere, de forma transparente e ética, solucionando os conflitos e promovendo a pacificação social”.

VISÃO

A Visão é a descrição do cenário ou sonho institucional, relacionado com a projeção de oportunidades futuras, apontando para onde o Judiciário quer chegar e como quer ser percebido ou reconhecido pelo meio ambiente interno e externo que o envolve.

O estabelecimento da Visão institucional parte de um exercício das aspirações para se constituir em elemento de motivação das pessoas na persecução dos horizontes traçados. Nela, os desejos para o futuro da organização devem cristalizar-se numa frase, que tenha a força de comunicação necessária para engajar todos na sua busca.

A Visão institucional do Poder Judiciário do Estado do Paraná é:



“Ser referência de qualidade na prestação de serviços públicos, reconhecida pela sociedade e seus colaboradores como instituição da qual todos tenham orgulho e confiança”.

VALORES

Os valores relatam em que o Poder Judiciário do Estado do Paraná acredita e o que pratica. Podem ser chamados de princípios, que são relacionados com “algo atribuído” de grande estima, de grande valia, apreço, consideração e respeito. Representam virtudes desejáveis ou características que norteiam as suas ações, estabelecem limites e orientam as atitudes e comportamentos de seus membros.

Os valores do Poder Judiciário paranaense foram formalizados por meio de atributos de valor para a sociedade e são os seguintes:

Transparência – tornar pública sua atuação e dar visibilidade no desempenho de seus atos e atribuições;

Ética – agir sob a égide de princípios como boa-fé, honestidade, lealdade e dignidade;

Celeridade – dar soluções eficientes e no menor tempo possível aos litígios;

Acessibilidade – criar as condições para o acesso à Justiça e a promoção da efetiva tutela dos direitos fundamentais;

Justiça – praticar e assegurar o respeito à igualdade e à preservação dos direitos;



Inovação – explorar com sucesso novas ideias, buscando revolucionar cenários e provocar mudanças positivas;

Eficiência – utilizar racionalmente os recursos para maximizar a probabilidade de alcance de resultados.



1. INTRODUÇÃO

O Conselho Nacional de Justiça, no uso de suas atribuições constitucionais, expediu a Resolução nº 201, de 03 de março de 2015, dispondo sobre a criação e a competência das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e a implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário (PLS-PJ).

Essa resolução determinou a adoção pelos órgãos e conselhos do Poder Judiciário de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade econômica e social, com fundamento nos artigos 170, inc. VI, e 225 da Constituição da República, que tratam, respectivamente, da defesa do meio ambiente mediante o tratamento diferenciando aos produtos e serviços (e seus processos de elaboração e prestação), conforme o respectivo impacto ambiental, e do direito transindividual ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

A Resolução nº 201/2015 integra um amplo contexto de modificação normativa ocorrida no sistema jurídico brasileiro, introduzido pela Constituição da República, no qual ao Poder Público é imposto o poder-dever de promoção e de defesa de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, assumindo o Estado um papel de garantidor da manutenção desse direito às futuras gerações.



No plano infraconstitucional, a Lei nº 6.938/81 previu os fundamentos da Política Nacional de Meio Ambiente, tendo estabelecido instrumentos para a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do conceito ecológico.

A Lei nº 12.187/09 instituiu a Política Nacional de Mudança de Clima, com diretrizes ao apoio à manutenção e promoção de padrões sustentáveis de produção e consumo, tendo como um de seus instrumentos a adoção de critérios de preferência nas licitações e concorrências públicas para as propostas que assegurem maior economia de energia, água e outros recursos naturais e a redução da emissão de gases de efeito estufa e de resíduos.

O artigo 3º da Lei nº 8.666/93, com alteração pela Lei nº 12.349/10, estabeleceu a sustentabilidade como princípio das licitações, daí surgindo o conceito de licitação sustentável, qualificada pelo Ministério do Meio Ambiente como “*o procedimento administrativo formal que contribui para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, mediante a inserção de critérios sociais, ambientais e econômicos nas aquisições de bens, contratações de serviços e execução de obras*”¹.

¹Extraído de: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/eixos-tematicos/licita%C3%A7%C3%A3o-sustent%C3%A1vel>.



A Lei nº 12.305/2010 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos e sujeitou ao cumprimento de suas exigências de sustentabilidade as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos.

Na Administração Pública Federal, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão exercita competência normativa no que se relaciona à exigência de práticas sustentáveis nas licitações, tendo formalizado a Instrução Normativa nº 01/2010, que prevê critérios, requisitos e especificações técnicas aplicáveis às obras e serviços de engenharia, à aquisição de bens e à prestação de serviços. O referido Ministério publicou também a Instrução Normativa nº 10/2012, com regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável na Administração Pública Federal.

O Ministério do Meio Ambiente criou a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), cujo objetivo é estimular os gestores públicos a adotarem medidas socioambientais nas atividades desempenhadas por cada órgão.

Além da Resolução nº 201/2015, o Conselho Nacional de Justiça já editou outros atos normativos relacionados à temática da sustentabilidade nos Tribunais de Justiça, tais como:

- *Recomendação nº 11/2007 (pautada na adoção de políticas públicas, conscientização de servidores e jurisdicionados sobre a efetiva proteção ao meio ambiente, bem como a instituição de comissões ambientais);*



- *Recomendação nº 27/2009 (objetivando a adoção de medidas para a remoção de barreiras físicas, arquitetônicas, de comunicação de atitudinais, de modo a promover o amplo e acesso de pessoas com deficiência às dependências dos tribunais);*
- *Resolução nº 114/2010 (dispõe sobre o planejamento, a execução e o monitoramento de obras do Poder Judiciário);*
- *Resolução nº 198/2014 (dispõe sobre o planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário, estabelecendo a responsabilidade socioambiental como ponto do planejamento estratégico do Poder Judiciário 2015/2020).*

Todo esse reconhecimento parte do pressuposto de que os órgãos públicos são organismos potencialmente poluidores e que, assim, devem agir positivamente, por meio de práticas sustentáveis², no sentido de minorar o efeito das externalidades negativas decorrentes da prestação dos serviços públicos e da contratação de bens ou serviços a partir de seus procedimentos licitatórios.

² A expressão sustentabilidade decorre de “desenvolvimento sustentável” e remete ao Relatório Brundtland (1987), da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU), definida como a “*forma como as atuais gerações satisfazem as suas necessidades sem, no entanto, comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades*”.



Nesse cenário, o Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ) constitui-se em ferramenta de identificação de riscos e de redução de danos, além de ter natureza pedagógica, porque objetiva a implantação de um modelo de gestão efetiva, plural e sustentável, fundada primordialmente na conscientização dos agentes públicos e dos usuários.



2. O PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

No âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, foi editada a Resolução nº 08, de 09 de abril de 2010, que estabeleceu o Programa de Gestão Ambiental Sustentável em todos os órgãos administrativos e unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná, tendo por finalidade propor, implantar, coordenar e divulgar projetos relativos à redução e minimização de impactos socioambientais, à gestão adequada dos resíduos gerados, ao uso racional e ao combate ao desperdício de recursos naturais e dos bens públicos.

O Programa de Gestão Sustentável fundamenta-se no pilar da sustentabilidade, consistente na gestão ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável, e visa promover o exercício da cidadania por meio de ações institucionais com impactos sociais positivos.



A Resolução nº 08/2010 criou a Comissão Permanente de Gestão Ambiental Sustentável no Poder Judiciário do Estado do Paraná, cujo objetivo é desenvolver o Programa de Gestão Ambiental Sustentável na instituição, competindo-lhe, dentre outras, as seguintes atribuições (art. 6º):

- *definir a política e as linhas gerais do Programa;*
- *planejar, coordenar e acompanhar as ações e os projetos relacionados ao Programa;*
- *propor a inserção da cultura de sustentabilidade nas licitações ou compras, possibilitando a seleção de insumos com menor impacto na aplicação, uso e durabilidade;*
- *elaborar instrumentos de divulgação e materiais informativos referentes a temas socioambientais, bem como propor a realização de eventos, objetivando a formação, a conscientização e a capacitação dos servidores, serventuários e funcionários da Justiça, mão-de obra terceirizada e demais colaboradores do Poder Judiciário;*
- *monitorar e avaliar os resultados das ações desenvolvidas, visando ao replanejamento e à implementação de melhorias no Programa;*
- *propor programas de treinamento e educação ambiental continuada, direcionados à conscientização, à sensibilização e à formação de competências na área de gestão ambiental;*



-
- *propor parcerias, convênios e contratação de profissionais com conhecimentos técnicos que possam contribuir para o desenvolvimento de novos projetos, diagnóstico e alcance das metas;*
 - *promover concursos, atividades e intercâmbio com outras instituições, a fim de estimular ações criativas e inovadoras, visando à assimilação dos conceitos de sustentabilidade;*
 - *participar de cursos, seminários, congressos e eventos correlatos, para contribuir com novos conceitos e modelos que possam ser aplicados no processo de trabalho dos projetos socioambientais do Poder Judiciário.*

Após estudos relativos à elaboração do Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ) e à instituição das unidades ou núcleos socioambientais, o Diretor-Geral deste Tribunal reconheceu a competência da Comissão Permanente de Gestão Ambiental Sustentável no Poder Judiciário do Estado do Paraná para a elaboração do Plano de Logística Sustentável do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (PLS-TJPR) e o seu monitoramento, em cumprimento ao previsto no art. 1º da Resolução nº 201/2015.



3. O PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

O Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário “*é o instrumento vinculado ao planejamento estratégico do Poder Judiciário, com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados, que permite acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade que objetivem uma melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão sistêmica do órgão*” (art. 10 da Resolução nº 201/2015).

O PLS-TJPR consiste em um documento de caráter normativo e dirigente do Programa de Gestão Ambiental Sustentável no âmbito deste Tribunal de Justiça, gerador de prestações positivas decorrentes do desenvolvimento de seu plano de ações, demandando atuação conjunta e transdisciplinar, além da orientação hierárquica proveniente dos órgãos que compõem a Gestão Executiva do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.



É documento composto, basicamente, por práticas de sustentabilidade, plano de ação e de monitoramento e fiscalização (art. 14 e 18 da Resolução nº 201/2015).



3.1. REFERENCIAL ESTRATÉGICO

A elaboração do PLS-TJPR está alinhada ao Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça 2015-2020, aprovado por meio da Resolução nº 138, de 23 de maio de 2015, do Órgão Especial, que tem como ponto estratégico “*fomentar práticas de sustentabilidade social e ambiental*”.

Consta do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça 2015-2020:

“Tema:

Responsabilidade Social e Ambiental.

Objetivo Estratégico:

03 – Fomentar práticas de sustentabilidade social e ambiental

Descrição do Objetivo:

O Poder Judiciário, como responsável pela aplicabilidade da Lei, tem o papel estratégico na promoção de políticas institucionais, buscando a sensibilização de todos para proteção, a recuperação, e o uso racional dos recursos naturais por meio de ações educativas, de inclusão social e de práticas ecoeficientes inserindo o conceito de sustentabilidade.



Linhas de Atuação:

- *Reduzir o consumo de água, papel e energia elétrica;*
- *Desenvolver projetos ambientais;*
- *Ampliar a implementação de projetos institucionais de responsabilidade social;*
- *Implementar práticas ambientalmente sustentáveis nos projetos de engenharia;*
- *Implementar critérios de sustentabilidade nas aquisições de bens e serviços do Tribunal de Justiça;*
- *Capacitar servidores em educação ambiental.*

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- *05 - Consumo de água;*
- *06 - Consumo de Papel;*
- *07 - Consumo de Energia Elétrica;*
- *08 - Índice de Implementação do Plano de Logística Sustentável (PLS).*

Projetos Relacionados:

- *Adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P;*



- *Projeto de adequação de torneiras e descargas para o sistema econômico Promatic;*
- *Projeto de substituição das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED;*
- *Projeto de substituição dos aparelhos mecânicos de condicionamento de ar por aparelhos do tipo Split.”*



Fonte: Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça 2015-2020.



3.2. METODOLOGIA

A elaboração desta 1ª edição do PLS-TJPR é resultado do trabalho integrado da Comissão Permanente de Gestão Ambiental Sustentável no Poder Judiciário do Estado do Paraná com as seguintes unidades administrativas: Presidência, Direção-Geral, Departamento de Planejamento, Departamento do Patrimônio, Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados, Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação, Departamento de Gestão de Recursos Humanos, Departamento de Engenharia e Arquitetura, Departamento da Magistratura, Departamento Econômico e Financeiro e Centro de Transportes.

As linhas de atuação previstas no Planejamento Estratégico 2015/2020 do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná integram o Plano de Logística Sustentável do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná como medidas já implementadas (Ações Realizadas) ou então como práticas sugeridas (Ações Propostas), cuja aplicação será planejada, coordenada e monitorada pela Comissão Permanente de Gestão Ambiental Sustentável no Poder Judiciário do Estado do Paraná em conjunto com as unidades administrativas e jurisdicionais diretamente relacionadas à ação específica.

O Anexo I da Resolução nº 201/2015 fixa os indicadores mínimos aplicáveis à avaliação do desempenho ambiental e econômico do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário, vinculando-os às seguintes tipologias de materiais e serviços (não



exauriente): materiais de consumo, impressão de documentos e equipamentos instalados, energia elétrica, água e esgoto, gestão de resíduos, qualidade de vida no ambiente de trabalho, telefonia, vigilância, limpeza, combustível, veículos, layout e capacitação de servidores em educação socioambiental.

Para a demonstração desses indicadores no PLS-TJPR, a Comissão Permanente de Gestão Ambiental Sustentável no Poder Judiciário do Estado do Paraná requereu dados e informações às unidades administrativas do Tribunal de Justiça, partindo, a seguir, à compilação e à sistematização das informações e ao cálculo dos indicadores, com base nos parâmetros estabelecidos no Anexo I da Resolução nº 201/2015. O trabalho empregado nesse primeiro estágio foi predominantemente empírico e sistematizador, objetivando a composição dos dados referentes a cada um dos grupos de indicadores.

Em sua 1ª edição, o PLS-TJPR conterà a base de dados referente aos grupos definidos pela Resolução nº 201/2015 (Anexo I), os respectivos indicadores mínimos e o plano de ações para cada um dos itens. O objetivo inicial é estabelecer o demonstrativo sobre o consumo de bens e serviços no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o que permitirá a avaliação periódica do desempenho ambiental e econômico do Plano de Logística Sustentável.

Aprovado o PLS-TJPR, as próximas etapas de desenvolvimento estão relacionadas basicamente ao detalhamento do plano de ações, à definição das metas de racionalização de consumo e à previsão dos dispêndios orçamentários e recursos humanos



necessários em cada área. A abordagem se dará mediante a interação da Comissão Permanente de Gestão Ambiental Sustentável com as unidades típicas de gestão (Escritório de Projetos do Tribunal de Justiça do Paraná), partindo-se à designação dos fiscais socioambientais, à fixação dos prazos para o desenvolvimento, ao monitoramento e à fiscalização de cada uma das ações.

Compilados os dados, aprovada a 2ª edição do PLS-TJPR, se dará ampla publicidade ao cronograma anual de monitoramento, que será parte integrante do Plano de Logística Sustentável.

As informações obtidas serão constantemente atualizadas com base no trabalho de fiscalização das unidades socioambientais responsáveis pelo acompanhamento de cada uma das medidas sugeridas, sob monitoramento geral da Comissão Permanente de Gestão Ambiental Sustentável, e disponibilizadas por meio de ferramenta inserida no site do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, permitindo o amplo conhecimento e a inserção de novos indicadores pelos agentes de fiscalização.

Com o desenvolvimento natural do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça 2015-2020, cuja execução é acompanhada periodicamente pela Alta Administração, e que prevê a contínua sistematização das linhas de ação administrativa neste Tribunal, os novos dados relacionados aos indicadores, que venham a ser conhecidos mediante a ação integrada dos agentes envolvidos, serão oportunamente integrados às versões futuras deste PLS-TJPR.



Além da ampla publicidade a ser conferida ao Plano de Logística Sustentável, condição de sua maior eficácia, são elementos críticos de sucesso o monitoramento e a fiscalização de todas as ações sugeridas e a participação ampla de magistrados, servidores e demais cidadãos que desejarem contribuir para o aprimoramento de seus objetivos.



3.3. PERÍODO DE VALIDADE E ABRANGÊNCIA

O PLS-TJPR está atrelado em validade ao Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça 2015-2020, com metas definidas nesta primeira edição para os anos de 2016 e 2017. Os indicadores serão periodicamente monitorados e fiscalizados e o Plano será revisado e reeditado para que metas e ações sejam definidas para os anos posteriores.

Caso seja verificada a necessidade, novos indicadores poderão ser criados.

As ações, indicadores e metas apontadas no PLS-TJPR alcançam todas as unidades administrativas e jurisdicionais do Poder Judiciário do Estado do Paraná, direta ou indiretamente envolvidas nas responsabilidades e ações constantes no Plano.



3.4. MONITORAMENTO DO PLS-TJPR

A Comissão Permanente de Gestão Ambiental Sustentável e a Diretoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná serão responsáveis pelo monitoramento geral dos indicadores, metas e prazos do PLS-TJPR, com base nos relatórios encaminhados pelas unidades de fiscalização, cuja periodicidade será disciplinada em cronograma anual de monitoramento, nos termos estabelecidos pela Resolução nº 201/2015. Esses relatórios conterão informações consolidadas sobre os resultados alcançados, a evolução dos indicadores, a identificação das ações desenvolvidas e os novos indicadores eventualmente sugeridos.

A fiscalização do PLS-TJPR se dará pelo agente fiscalizador ou unidade socioambiental designada por ato do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e será exercida topicamente, dentro de cada área de atuação estabelecida no cronograma anual de monitoramento.



3.5. CRONOGRAMA

O desenvolvimento do PLS-TJPR se efetivará tendo por base normativa as determinações contidas nos artigos 14 a 18 da Resolução nº 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça e atenderá ao seguinte cronograma:

AÇÕES	RESPONSÁVEIS	BASE NORMATIVA	PRAZO
Aprovação da 1ª edição do PLS-TJPR	Comissão Permanente de Gestão Ambiental Sustentável (CPGS) / Direção Geral / Presidência / Órgão Especial	Art. 10 da Resolução nº 201/2015	Até agosto/2016
Designação das unidades de fiscalização das ações	Diretoria-Geral e Presidência	Artigos 4º e 18, inc. III, da Resolução nº 201/2015	Até outubro/2016
Relatório do inventário de bens e materiais do órgão	CPGS/unidades administrativas	Art. 14, inc. I, da Resolução nº 201/2015	Até dezembro/2016
Detalhamento da implementação das ações e das metas a serem alcançadas	CPGS/unidades administrativas	Art. 18, incisos II e IV, da Resolução nº 201/2015	Até janeiro/2017
Disponibilização de ferramenta informatizada para o monitoramento das ações	CPGS/Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação		Até janeiro/2017
Divulgação do cronograma anual de monitoramento do PLS-TJPR	CPGS	Art. 18, §1º, da Resolução nº 201/2015	Até fevereiro/2017
Aprovação da 2ª edição do PLS-TJPR contendo dados consolidados	CPGS / Direção Geral / Presidência / Órgão Especial		Até Junho/2017



4.PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS DESENVOLVIDAS NO PODER JUDICIÁRIO DO PARANÁ

Desde a criação do Programa de Gestão Ambiental Sustentável do Poder Judiciário do Estado do Paraná, foram adotadas práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de recursos hídricos e energéticos, materiais e serviços.

As ações promovidas no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná estão indicadas abaixo e separadas por grupos.

MATERIAIS DE CONSUMO

Ações Realizadas

- » FRENTE E VERSO: Elaboração de projeto referente ao incentivo à impressão frente e verso de documentos administrativos e judiciais, o qual foi aprovado pelo Órgão Especial e implementado pelos departamentos;
- » COPOS PLÁSTICOS: Levantamento estatístico de consumo de copos plásticos realizado com dados desde 2011. Serão considerados para definir ações e metas para redução de consumo;



» PAPEL A4: Realizado levantamento estatístico de consumo de papel A4 nas unidades administrativas e judiciárias do Tribunal, apresentando base de consumo e de gastos realizados, o que permitiu a definição de parâmetros de economia e redução de compras e fornecimento. Além disso, foi realizado levantamento de resmas existentes nas unidades para retornar aos estoques, evitando desperdícios.

IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS E EQUIPAMENTOS INSTALADOS

Ações Realizadas

- » ECOFONTE: Uso de fonte sustentável, com redução de 25% de economia, implementado pelo Departamento de Tecnologia de Informação e Comunicação. Atualmente, todos os computadores são configurados para utilizá-la como fonte padrão;
- » ILHAS PARA IMPRESSÃO: Composição de ilhas para impressoras de grande porte, reduzindo a utilização de impressoras de pequeno porte com gastos altos de impressão;
- » RODAPÉ ECOLÓGICO: Inserção de rodapé ecológico nas assinaturas de e-mail, tendo como objetivo alertar sobre a necessidade de impressão somente de documentos indispensáveis, e, quando necessário, que seja realizado em modo econômico;
- » SISTEMAS INFORMATIZADOS: Utilização do Sistema Eletrônico de Informações – SEI desde dezembro de 2014, para gerenciar eletronicamente documentos e processos administrativos;



Uso do programa Projudi para cadastro e tramitação de processos no âmbito do 1º grau de jurisdição, Turmas Recursais, e no 2º grau nas matérias de Família e Infância e Juventude Cível;

Implantação do Projudi Administrativo na tramitação dos procedimentos administrativos de natureza disciplinar em todas as unidades judiciais de primeiro grau de jurisdição e na Corregedoria-Geral da Justiça;

Implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) no 2º grau de jurisdição, para recursos originários com exceção de agravo de instrumento e habeas corpus, processos de competência do Órgão Especial e plantão judiciário.

ENERGIA ELÉTRICA

Ações Realizadas

- » CAMPANHA APAGUE A LUZ AO SAIR: Confecção de adesivos e colagem próxima aos interruptores, com o objetivo de conscientizar usuários;
- » LED: As novas instalações do Tribunal de Justiça, sempre que tecnicamente viável, contemplam a instalação de lâmpadas LED, o que propicia eficiência energética e redução de custos.
- » SELO PROCEL: Desde 2015, há exigência do selo Procel nas aquisições de equipamentos elétricos domésticos para todas as unidades judiciárias do Estado, buscando adquirir produtos mais eficientes e econômicos.



ÁGUA E ESGOTO

Ações Realizadas

- » ECODICAS: Foram promovidas campanhas de conscientização com dicas sobre economia de água, disponibilizadas no endereço eletrônico da Comissão Permanente de Gestão Ambiental Sustentável;
- » TORNEIRAS COM SISTEMA ECONÔMICO: em relação às edificações, 40% dos prédios do Poder Judiciário paranaense possuem a adequação das torneiras e descargas ao sistema econômico Promatic (descargas de duplo estágio), propiciando redução no consumo de água potável;
- » APROVEITAMENTO DE ÁGUAS PLUVIAIS: Implantação de sistema para captação de águas pluviais para fins não potáveis no Fórum da Comarca de Guarapuava, inaugurado em dezembro de 2014, e no Palácio da Justiça, obra em andamento com conclusão prevista para setembro de 2016.

GESTÃO DE RESÍDUOS

Ações Realizadas

- » ECODICAS: Foram promovidas campanhas de conscientização com dicas sobre reciclagem, disponibilizadas no endereço eletrônico da Comissão Permanente de Gestão Ambiental Sustentável;



- » COLETA DE RECICLÁVEIS: A Coleta e a separação superficial são realizadas pelo Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados, após os resíduos recicláveis são destinados a uma cooperativa;
- » DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS DE SAÚDE: O Tribunal de Justiça, desde 2005, mantém contrato de prestação de serviço para promover a adequada destinação de resíduos de serviços de saúde;
- » LEILÃO DE CARTUCHOS: O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná promove leilões para a alienação de cartuchos de tinta e toners vazios e inservíveis. Desta forma reverte resíduos em recursos financeiros.

TELEFONIA

Ações Propostas

- » ECODICAS: Foram promovidas campanhas de conscientização com dicas para minimizar e otimizar as ligações telefônicas, as quais foram disponibilizadas no endereço eletrônico da Comissão Permanente de Gestão Ambiental Sustentável;
- » SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO INTERNA: Para diminuir custos com serviços de telefonia e facilitar a comunicação entre servidores, magistrados e estagiários, é utilizado o sistema de mensagens instantâneas *Microsoft Lync*, disponível em todos os computadores do Poder Judiciário do Paraná. Além disso, o Tribunal de Justiça do Paraná dispõe do sistema



de comunicação interna oficial, denominado Mensageiro. Tal aplicativo possibilita o envio de mensagens eletrônicas para todos os magistrados e servidores do Poder Judiciário.

» VoIP: O sistema encontra-se em fase de testes em unidades específicas do Tribunal de Justiça.

COMBUSTÍVEL

Ações Realizadas

» ROTAS E HORÁRIOS FIXOS: O Centro de Transporte percorre uma rota diária para condução de estagiários entre as sedes, com horários previamente estipulado visando a redução de saída de veículos. Informalmente, também há o agrupamento de demandas de diversos departamentos com o mesmo destino final;

» CONTROLE DE CONSUMO: O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná controla e otimiza despesas com a aquisição de combustíveis, disponibilizando cartões para o consumo monitorado e sistema informatizado ao Centro de Transportes.



VEÍCULOS

Ações Realizadas

- » RENOVAÇÃO DE FROTA: Em 2015 e 2016, o Tribunal de Justiça do Paraná renovou parte da frota de veículos caracterizados como inservíveis por meio da realização de leilões;
- » MANUTENÇÃO PREVENTIVA: Periodicamente, são realizadas trocas de óleo e filtros conforme especificação do fabricante bem como as manutenções obrigatórias, em caso de garantia de fábrica. As demais manutenções acontecem conforme a necessidade específica;
- » LAVAGEM DOS VEÍCULOS: Serviço disponibilizado por meio de contrato, prevendo quantidades mensais limitadas, utilizadas de acordo com as necessidades;
- » MANUTENÇÃO CORRETIVA: O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná mantém um contrato de prestação de serviço para gerenciar a manutenção dos veículos da frota, o que promove controle e otimização de despesas com manutenção corretiva.



LAYOUT

Ações Realizadas

- » MANUTENÇÃO CORRETIVA: O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por intermédio do Departamento de Engenharia e Arquitetura, promove a manutenção corretiva das instalações.

QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES EM EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Ações Realizadas

- » ECOMULTIPLICADORES: o projeto angariou servidores voluntários que possuem afinidade com a matéria ambiental. Atualmente, há multiplicadores cadastrados em diversas Comarcas;
- » PROJETO DE DOAÇÃO DE LIVROS: Em setembro de 2012, houve campanha que arrecadou aproximadamente 800 obras, as quais foram distribuídas para Casas de Abrigos da Comarca de Curitiba;
- » CORRIDA DO JUDICIÁRIO: Coordenação operacional da Corrida do Judiciário, com edições nos anos de 2012, 2014 e 2015;



- »» PROJETO OPERAÇÃO VERÃO SUSTENTÁVEL: No verão de 2010/2011 foi realizado o Projeto Operação Verão Sustentável, no qual foram realizadas palestras, dia do descarte e orientações sobre os 5S's;
- »» VESTIÁRIO: No Prédio Anexo ao Palácio da Justiça foi instalado vestiário, o que incentiva o deslocamento por meio de bicicleta.



5.INDICADORES

Os indicadores representam um conjunto de dados e informações para acompanhamento e posterior avaliação de características ambientais e econômicas do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Devido à escassez de informações, definiu-se o **ano de 2015** como referência para a análise diagnóstica da situação atual e para a definição de ações futuras.

Os indicadores abaixo apresentados relacionam-se com a Resolução nº 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça e estão divididos nos seguintes grupos: Materiais de consumo (papel, copos descartáveis e água engarrafada); Impressão de documentos e equipamentos instalados; Energia elétrica; Água e esgoto; Gestão de resíduos; Telefonia; Vigilância; Limpeza; Combustível; Veículos; Layout; Qualidade de vida no ambiente de trabalho e Capacitação de servidores em educação socioambiental.

A coleta de informações foi realizada mediante solicitação direta aos Departamentos e unidades relacionadas.

É importante esclarecer que, em relação ao **grupo Materiais de consumo**, obteve-se apenas os dados de água engarrafada nas comarcas de Cascavel, Foro Central da Região Metropolitana de Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina e Maringá (o



que representa aproximadamente 3% do total de Comarcas). Nessas unidades, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná mantém contrato de fornecimento de água mineral envasada. Desta forma, é possível controlar o consumo. Nas demais Comarcas, entretanto, o consumo de água engarrafada é pago através do Fundo Rotativo. O Departamento Econômico e Financeiro, por meio da Divisão do Fundo Rotativo e Adiantamento, informou que atualmente inexistente sistema informatizado para o gerenciamento e controle dos gastos realizados através do Fundo Rotativo. Desta forma, não há detalhamento dos gastos e não há informações sobre o consumo de água engarrafada.

Os dados relativos ao **grupo Impressão de documentos e equipamentos instalados** são mínimos. O controle de impressões iniciou-se em maio de 2015 e está em fase de desenvolvimento/implantação pelo Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação. Sendo assim, o indicador que considera a quantidade de impressões é parcial, considerando apenas a Comarca de Cascavel (805 impressões em dezembro de 2015). O sistema de bens patrimoniais, por sua vez, não permite a consulta de equipamentos por unidade de trabalho em determinado período (semestral/anual). Sendo assim, considerou-se a quantidade atual de equipamentos instalados nas unidades do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Salienta-se, também, que no ano-base de 2015 não houve aquisição de impressoras. Contudo, em 2014 e 2013 foram gastos R\$ 372.900,00 e R\$ 1.357.400,00,



respectivamente. No que concerne ao gasto com aquisição de suprimentos, o valor total informado inclui a compra de tintas para impressoras e fax, toners e unidades de imagem.

Em relação ao **grupo Gestão de resíduos**, ressalta-se que a gestão de resíduos da saúde é realizada pela empresa CAVO Serviços e Saneamento S.A., com a qual este Tribunal mantém o Contrato nº 165/2014. A Contratada promove a destinação de resíduos de serviços de saúde produzidos pelo Centro de Assistência Médica e Social, localizado na Capital.

As informações do **grupo Telefonia** foram obtidas por meio do Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados, Seção de Atestos e Controle de Despesas e consulta ao Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação. Em 2015, os serviços foram prestados pelas empresas Oi S/A (Contrato nº 163/2012) e Sercomtel S.A. Telecomunicações (Contrato nº 160/2012).

Para o cálculo dos indicadores do **grupo Veículos**, desconsiderou-se os veículos em processo de leilão.

Com relação aos **grupos Vigilância e Limpeza**, cabe destacar que em 2015 o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná possuía 11 contratos para prestação de serviços de vigilância armada e desarmada e 11 contratos para prestação de serviços de limpeza. Desta forma, os indicadores relacionados à vigilância e limpeza foram estimados através dos valores previstos nos contratos. Entretanto, estes valores nem sempre representam os valores efetivamente pagos tendo em vista que podem ocorrer



descontos de glosa, Acordo de Níveis de Serviço, multas decorrentes de processos administrativos, entre outros. O cálculo efetivo da quantia paga mensalmente era inviável.

Ressalta-se, ainda, que o valor total da área construída considera apenas as edificações próprias do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.



MATERIAIS DE CONSUMO

INDICADOR	DESCRIÇÃO	ANO-BASE 2015												
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ANUAL
Consumo de papel branco	Quantidades (resmas) de papel branco utilizadas	5.239	14.324	11.624	9.432	16.678	7.085	5.984	11.954	8.060	9.864	11.730	660	112.634
Gasto com aquisição de papel branco	Valor (R\$) gasto com a compra de papel branco	R\$ 45.678,77	R\$ 124.890,64	R\$ 101.349,52	R\$ 82.303,66	R\$ 148.189,03	R\$ 62.958,75	R\$ 53.175,01	R\$ 106.071,64	R\$ 71.653,38	R\$ 87.690,86	R\$ 104.279,67	R\$ 5.867,40	R\$ 994.108,33



INDICADOR	DESCRIÇÃO	ANO-BASE 2015		
		1º Semestre	2º Semestre	ANUAL
Consumo de copos de 180 ml descartáveis	Quantidades (centos) de copos de 180 ml / (total corpo funcional + força de trabalho auxiliar)	3,89	3,17	7,06
Gasto com aquisição de copos de 180 ml	Valor (R\$) gasto com a compra de copos de 180 ml	R\$ 74.477,45	R\$ 61.210,75	R\$ 135.688,20
Consumo de copos de 50 ml descartáveis	Quantidades (centos) de copos de 50 ml / (total corpo funcional + força de trabalho auxiliar)	0,42	0,35	0,77
Gasto com aquisição de copos de 50 ml	Valor (R\$) gasto com a compra de copos de 50 ml	R\$ 4.577,05	R\$ 3.733,37	R\$ 8.310,42
Gasto total com aquisição de copos descartáveis	Valor (R\$) gasto com a compra de copos descartáveis	R\$ 79.054,50	R\$ 64.944,12	R\$ 143.998,62



INDICADOR	DESCRIÇÃO	ANO – BASE 2015	
		1º semestre	2º semestre
Consumo de água envasada em embalagens plásticas (com e sem gás - explicitar o volume em ml ou litro)	Quantidade (unidades) de garrafas descartáveis consumidas	141.416	99.508
Consumo de garrafões de água de 20 litros	Consumo de garrafões de água de 20 litros	22.846	21.757
Gasto com aquisição de água envasada em embalagens plásticas (com e sem gás - explicitar o volume em ml ou litro)	Valor (R\$) gasto com a compra de garrafinhas plásticas (com e sem gás)	R\$ 79.990,24	R\$ 69.365,00
Gasto com aquisição de garrafões de 20 litros	Valor (R\$) gasto com a compra de garrafões 20 litros	R\$ 129.544,94	R\$ 103.809,42

Ações Propostas

- » Incentivar a utilização de dispositivos retornáveis duráveis em substituição ao uso de copos descartáveis;
- » Analisar a viabilidade de aquisição de copos descartáveis biodegradáveis e de papel reciclado;
- » Analisar a viabilidade de redução do consumo de água engarrafada por sistemas de filtragem ou bebedouros.



IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS E EQUIPAMENTOS INSTALADOS

INDICADOR	DESCRIÇÃO	ANO-BASE 2015
Impressões de documentos totais	Quantidade total de impressões / (corpo funcional + força de trabalho auxiliar)	Não há informação
Equipamentos instalados	Quantidade de equipamentos instalados atual	4.504
Performance dos equipamentos instalados (índice de ociosidade baseada na capacidade máxima de impressão)	Quantidade de impressões / equipamentos instalados por unidade de trabalho	Não há informação
Gasto com aquisição de suprimentos	Valor (R\$) gasto com a compra de suprimentos	R\$ 2.077.028,23
Gasto com aquisição de impressoras	Valor gasto com a compra de equipamentos de impressão	R\$ 0,00
Gasto com contratos de outsourcing de impressão (equipamento + manutenção + impressão por folha + suprimento)	Valor (R\$) gasto com o posto de impressão	Não se aplica

Ações Propostas

» Promover o uso de mensagens eletrônicas na comunicação, evitando a impressão de documentos;



- » Incentivar o desenvolvimento de ferramentas para controlar a performance dos equipamentos de impressão instalados;
- » Reduzir a quantidade de impressoras em uso através da promoção do uso compartilhado;
- » Estimular a digitalização de processos físicos ainda existentes e em tramitação no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;
- » Estudar e propor a implantação do teletrabalho (Resolução nº 227/2015 do Conselho Nacional de Justiça).



ENERGIA ELÉTRICA

INDICADOR	DESCRIÇÃO	ANO-BASE 2015												
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ANUAL
Consumo de energia elétrica	Quantidade de kwh consumidos	1.498.456	1.982.997	1.698.647	1.633.827	1.321.747	1.271.566	1.223.842	1.319.741	1.382.720	1.602.519	1.663.890	1.606.503	18.206.455
Consumo de energia elétrica por área construída	Quantidade de kwh / total de área construída	3,02	4,00	3,42	3,29	2,66	2,56	2,47	2,66	2,79	3,23	3,35	3,24	
Gasto com energia elétrica	Valor (R\$) da fatura	R\$ 748.872,45	R\$ 980.095,17	R\$ 1.105.547,99	R\$ 1.226.968,25	R\$ 1.024.605,66	R\$ 988.338,25	R\$ 1.072.948,07	R\$ 1.164.320,10	R\$ 1.186.928,98	R\$ 1.329.601,93	R\$ 1.296.472,35	R\$ 1.275.630,54	R\$ 13.400.329,74
Gasto de energia elétrica	Valor (R\$) da fatura / total área construída	R\$ 1,51	R\$ 1,98	R\$ 2,23	R\$ 2,47	R\$ 2,07	R\$ 1,99	R\$ 2,16	R\$ 2,35	R\$ 2,39	R\$ 2,68	R\$ 2,61	R\$ 2,57	



Ações Propostas

- » Analisar a viabilidade de utilização de sensores de presença em áreas comuns;
- » Avaliar a viabilidade de substituir equipamentos de ar condicionado do tipo janeleiro (baixa eficiência energética) por equipamentos de alta eficiência energética;
- » Analisar a viabilidade para substituição de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED em todos os prédios pertencentes ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;
- » Elaboração de projeto para monitorar a situação das instalações elétricas e propor alterações visando a redução do consumo;
- » Analisar a viabilidade de instalação de interruptores individuais;
- » Sugestão de elaboração de projeto piloto para analisar viabilidade de utilização de outras energias renováveis;
- » Analisar a viabilidade de implementação de fontes de captação de energia solar nos prédios pertencentes ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;
- » Estudar e propor a implantação do teletrabalho (Resolução nº 227/2015 do Conselho Nacional de Justiça).



ÁGUA E ESGOTO

INDICADOR	DESCRIÇÃO	ANO-BASE 2015												
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ANUAL
Volume de água e esgoto consumido	Quantidade de m³ de água e esgoto	17.675	21.797	23.125	19.316	17.200	18.847	16.956	17.487	18.795	18.359	18.076	16.740	224.373
Volume de água e esgoto por área construída	Quantidade de m³ de água e esgoto / total de área construída	0,04	0,04	0,05	0,04	0,03	0,04	0,03	0,04	0,04	0,04	0,04	0,03	
Gasto com água e esgoto	Valor (R\$) da fatura	R\$ 135.022,99	R\$ 175.199,43	R\$ 181.081,80	R\$ 164.172,49	R\$ 157.091,28	R\$ 184.216,14	R\$ 143.734,79	R\$ 169.698,74	R\$ 192.719,14	R\$ 189.415,64	R\$ 184.803,18	R\$ 172.642,14	R\$ 2.049.797,76
Gasto com água e esgoto por área construída	Valor (R\$) da fatura / área total construída	R\$ 0,27	R\$ 0,35	R\$ 0,37	R\$ 0,33	R\$ 0,32	R\$ 0,37	R\$ 0,29	R\$ 0,34	R\$ 0,39	R\$ 0,38	R\$ 0,37	R\$ 0,35	



Ações Propostas

- » Monitorar a situação das instalações hidráulicas e propor alterações visando a redução do consumo;
- » Promover a realização de estudo de viabilidade técnico-financeira para implantação de sistemas de reaproveitamento de águas pluviais nas futuras edificações de porte médio do Tribunal de Justiça do Paraná, tendo em vista que esse sistema já tem sido adotado para as grandes edificações que estão sendo construídas;
- » Criar rotinas periódicas para lavagem de grandes áreas e irrigação de jardins;
- » Incentivar a elaboração de estudos para analisar viabilidade técnica para instalação de bebedouros de pressão em todos os prédios pertencentes ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;
- » Adotar medidas para evitar o desperdício de água como a instalação de descargas e torneiras mais eficientes e com dispositivos economizadores;
- » Fomentar a utilização de torneiras temporizadas em todos os sanitários, públicos e privativos, a serem instalados nos novos prédios do Tribunal de Justiça do Paraná.



GESTÃO DE RESÍDUOS

INDICADOR	DESCRIÇÃO	ANO – BASE 2015											
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Destinação de resíduos de saúde para descontaminação	Quantidade (kg) de resíduos de saúde para descontaminação	-	-	21,60	25,42	40,00	39,26	24,26	-	-	-	-	18,72
	Valor gasto com a destinação de resíduos de saúde (R\$)	-	-	R\$183,60	R\$216,07	R\$340,00	R\$333,71	R\$206,21	-	-	-	-	R\$159,12
INDICADOR	DESCRIÇÃO	1º semestre						2º semestre					
Destinação de resíduos de saúde para descontaminação	Quantidade (kg) de resíduos de saúde para descontaminação	126,28						42,98					
	Valor gasto com a destinação de resíduos de saúde (R\$)	R\$ 1.073,38						R\$ 365,33					



INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO	ANO-BASE 2015
Destinação de papel para reciclagem	Quantidade (kg) de papel branco destinado à reciclagem	Mensal	Aproximadamente 10.000 kg
	Quantidade (kg) de papel (outros tipos) destinado à reciclagem	Mensal	Aproximadamente 4.000 kg
Destinação de suprimentos de impressão para reciclagem	Quantidade (kg) de suprimentos de impressão destinado à reciclagem	Mensal e Semestral	Não há recolhimento destes materiais
Destinação de plástico para reciclagem	Quantidade (kg) de plástico destinado à reciclagem	Mensal	Aproximadamente 1.500 kg
Destinação de lâmpadas encaminhadas para descontaminação	Quantidade (unidades) de lâmpadas encaminhadas para descontaminação	Mensal e Semestral	Não há informação
Destinação de pilhas e baterias encaminhadas para descontaminação	Quantidade (kg) de pilhas e baterias encaminhadas para descontaminação	Mensal e Semestral	Não há recolhimento destes materiais
Destinação de madeiras para reaproveitamento	Quantidade (kg) de madeira destinada à reciclagem	Mensal e Semestral	Não há recolhimento destes materiais
Destinação de vidros para reciclagem	Quantidade (kg) de vidros destinado à reciclagem	Mensal e Semestral	Não há recolhimento destes materiais
Destinação de metais para reciclagem	Quantidade (kg) de metais destinado à reciclagem	Mensal e Semestral	Não há recolhimento destes materiais
Destinação de resíduos de obras para reciclagem	Quantidade (kg) de resíduos de obras destinado à reciclagem	Anual	Não há informação
Destinação de resíduos de informática (fitas, cabos, mídias, dentre outros) à reciclagem	Quantidade (kg) de resíduos de informática (fitas, cabos, mídias, dentre outros) destinados à reciclagem	Anual	Não há recolhimento destes materiais



INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO	ANO-BASE 2015
Total de material reciclável destinado às cooperativas	Quantidade (kg) de resíduos recicláveis destinados às cooperativas	Mensal e Semestral	Não há informação

Ações Propostas

- » Incentivar campanhas de instrução para coleta seletiva;
- » Promover a implantação da logística reversa no descarte de lâmpadas;
- » Analisar a viabilidade de incluir no contrato de restaurante previsão para que a contratada dê destinação ecologicamente correta ao óleo de cozinha, apresentando relatório dos resíduos gerados;
- » Estimular a implementação de coleta seletiva solidária mediante credenciamento de associação de catadores de resíduos recicláveis.



TELEFONIA

INDICADOR	DESCRIÇÃO	ANO – BASE 2015												TOTAL
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
Gasto médio do contrato de telefonia fixa	Valor (R\$) da fatura / quantidade de linhas	39,67	47,42	40,32	42,32	39,00	40,57	38,45	38,22	37,35	32,11	31,88	32,57	
Gasto total do contrato de telefonia fixa	Valor (R\$) da fatura de telefonia fixa	R\$ 129.648,60	R\$ 145.970,59	R\$ 129.336,85	R\$ 140.025,08	R\$ 130.020,65	R\$ 138.289,09	R\$ 129.101,32	R\$ 128.024,42	R\$ 132.528,08	R\$ 111.183,45	R\$ 111.278,41	R\$ 115.887,00	R\$ 1.541.293,54

Ações Propostas

➤ Analisar a viabilidade de implantação do sistema VoIP em todas as instalações do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.



VIGILÂNCIA

INDICADOR	DESCRIÇÃO	ANO-BASE 2015
Valor inicial do posto	Valor total anual dos contratos / quantidade de postos	R\$ 108.931,73/posto
Valor atual do posto	Valor total anual de repactuações / valor total anual de assinatura dos contratos	A calcular

Ações Propostas

» Sugerir estudos nos contratos de vigilância objetivando a inclusão de critérios sustentáveis.



LIMPEZA

INDICADOR	DESCRIÇÃO	ANO-BASE 2015
Gasto de limpeza pela área construída	Valor (R\$) anual dos contratos / área construída	R\$ 72,67/m ²
Grau de repactuação	Valor total anual de repactuações / valor total anual de assinatura dos contratos	A calcular
Gasto com material de limpeza	Valor (R\$) gasto com aquisição de material de limpeza	R\$ 3.739.820,91*

* Ressalta-se que o valor gasto com aquisição de material de limpeza está incluso no valor dos contratos de limpeza

Ações Propostas

- » Analisar a viabilidade de inclusão de produtos biodegradáveis nos contratos de limpeza;
- » Sugerir estudos nos contratos de limpeza objetivando a inclusão de critérios sustentáveis.



COMBUSTÍVEL

INDICADOR	DESCRIÇÃO	ANO – BASE 2015											
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Consumo de gasolina da frota oficial de veículos	Quantidade de litros de gasolina consumidos/ quantidade de km rodados	0,12	0,12	0,12	0,12	0,11	0,08	0,11	0,12	0,12	0,13	0,11	0,12
Consumo de etanol da frota oficial de veículos	Quantidade de litros de etanol consumidos/ quantidade de km rodados	0,08	0,12	0,12	0,17	0,13	0,16	0,12	0,15	0,15	0,14	0,14	0,19
Consumo de diesel da frota oficial de veículos	Quantidade de litros de diesel consumidos/ quantidade de km rodados	0,19	0,21	0,20	0,19	0,21	0,17	0,20	0,18	0,19	0,21	0,14	0,15

Ações Propostas

» Sugerir a utilização preferencial de combustíveis menos poluentes e de fontes renováveis, como o etanol, observada a economicidade;



»» Sugerir a definição de rotas preferenciais entre os destinos mais utilizados considerando a redução no consumo de combustíveis e a emissão de gases poluentes.



VEÍCULOS

INDICADOR	DESCRIÇÃO	ANO-BASE 2015
Veículos para transporte de servidores, tramitação de documentos e demais atividades funcionais	Quantidade de veículos utilizados no transporte de servidores, tramitação de documentos e demais atividades funcionais / média do total de servidores	0,02
Veículos para transporte de magistrados	Quantidade de veículos utilizados no transporte de magistrados / média do total de magistrados	0,16
Gasto com manutenção dos veículos da frota	Valor (R\$) da fatura do total de contratos de manutenção / quantidade de veículos	R\$ 2.281,77/veículo

Ações Propostas

- » Promover rotinas de manutenção preventiva nos veículos;
- » Sugerir o estabelecimento de intervalos sustentáveis entre as lavagens de veículos oficiais;
- » Analisar a viabilidade de aquisição de veículos com menor consumo de combustível (maior desempenho).



LAYOUT

INDICADOR	DESCRIÇÃO	ANO-BASE 2015
		ANUAL
Valor gasto com reformas nas unidades	Valor gasto com reformas no ano de 2015 / Valor gasto com reformas no ano de 2014	1,35

Ações Propostas

- » Sugerir a utilização de novas tecnologias de construção focadas na redução de custos e desenvolvimento sustentável;
- » Incentivar a realização de estudos de viabilidade de padronização e de requisitos de alteração de layout (por exemplo: alteração de lotação de referência, prazo temporal mínimo e prazo de garantia do mobiliário);
- » Fomentar a criação de uma rotina de manutenção preventiva predial, para todas as edificações forenses ou de propriedade do Tribunal de Justiça do Paraná.



QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO e CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES EM EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Durante o ano de 2015, foram realizadas algumas ações com a finalidade de melhorar a qualidade de vida de magistrados e servidores e, além disso, promover o reconhecimento funcional e o bom trabalho desempenhado no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com destaque para:

PROGRAMA DE GINÁSTICA LABORAL

Anualmente promove saúde física e mental dos magistrados e servidores. Em 2015, aproximadamente 3.000 colaboradores participaram ativamente das atividades propostas. Além disso, campanhas informativas são disponibilizadas no site do TJPR para conhecimento de todos

CAMPANHAS INFORMATIVAS E INTEGRATIVAS

Realizadas por meio da intranet, promovem maior conhecimento acerca de questões relacionadas à saúde, à qualidade de vida e ao bem-estar ligados ao trabalho.



**SEMANAS DE
AVALIAÇÃO
FÍSICA**

Duas semanas de avaliação física oferecidas de 27 de julho a 07 de agosto, promovendo o reconhecimento dos colaboradores e maior cuidado com a saúde física e mental.

**SEMANA DO
CORAÇÃO**

Foi realizada uma campanha entre os dias 28 de setembro a 02 de outubro de 2015 disponibilizando informações sobre os principais cuidados com o coração e realização de aferição da pressão arterial e eletrocardiogramas.

**POSTURA
EM DIA**

O Projeto oferece, de segunda a quinta-feira, alongamentos posturais, de forma a valorizar o trabalho dos colaboradores e, ainda, proporcionar maior bem-estar.



3ª CORRIDA DO JUDICIÁRIO

Realizada no dia 13 de dezembro de 2015 pelo Tribunal de Justiça do Paraná em parceria com a AMAPAR – Associação dos Magistrados do Paraná e apoio da Secretaria Municipal de Trânsito de Curitiba e do Batalhão de Polícia de Trânsito, da Polícia Militar do Paraná e da Assessoria Militar da Presidência. A prova teve 7 km de percurso e a participação de magistrados e servidores do Tribunal de Justiça, integrantes da advocacia, de outros Tribunais e órgãos da Justiça e do público em geral, totalizando aproximadamente 1.000 corredores.

DOAÇÃO DE SANGUE

Em 2015, houve campanha entre os dias 03 a 20 de novembro, com participação aproximada de 101 colaboradores.



OUTRAS AÇÕES

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná apoiou, ainda, campanhas de doação de brinquedos, de roupas de inverno e de materiais para asilos.

Ações Propostas

- » Promover cursos e/ou palestras sobre temas relacionados à melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho, promoção da saúde e hábitos saudáveis;
- » Promover cursos e/ou palestras para sensibilização dos magistrados e servidores sobre práticas sustentáveis;
- » Incentivar a realização de práticas sustentáveis;
- » Avaliar possibilidade de expansão do programa de ginástica laboral;
- » Analisar a viabilidade de inserção de critérios nutricionais para as refeições (futuro restaurante);
- » Pesquisar possíveis ações de inclusão para servidores com deficiência e mobilidade reduzida;
- » Desenvolver página *on-line* do Plano de Logística Sustentável do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;
- » Pesquisar e indicar a utilização de aplicativos de sustentabilidade (por exemplo: Manual de etiqueta verde – Planeta Sustentável / Green Tips / Outros);
- » Estudar e propor a implantação do teletrabalho (Resolução nº 227/2015 do Conselho Nacional de Justiça).